



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 3.252, DE 2021**

Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estender isenção das taxas do Fistel e da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública para a Empresa Brasil de Comunicação, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. São isentos do pagamento das taxas do FISTEL a Agência Nacional de Telecomunicações, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civis, os Corpos de Bombeiros Militares, a Empresa Brasil de Comunicação, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal.” (NR)

**Art. 2º** O § 4º do art. 32 da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 32 .....  
.....

§ 4º São isentos do pagamento da Contribuição o órgão regulador das telecomunicações, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civis, os Corpos de Bombeiros Militares, a Empresa Brasil de Comunicação, a



Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal. ....”  
(NR)

**Art. 3º** A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 32. ....

§ 1º Os representantes legais dos Poderes, da Empresa Brasil de Comunicação, e dos órgãos da União poderão solicitar, a qualquer tempo, consignações para a execução dos serviços de radiodifusão.

§ 2º As consignações para a execução dos serviços de radiodifusão diretamente pela União ou pela Empresa Brasil de Comunicação dependem de viabilidade técnica e terão prazo de vigência indeterminado.” (NR)

“Art. 36. ....

§ 5º A licença para o funcionamento de estação dos serviços de radiodifusão executados diretamente pela União e pela Empresa Brasil de Comunicação possui prazo de validade indeterminado, vinculado à vigência da consignação.” (NR)

“Art. 59. ....

§ 4º As sanções de multa, suspensão e cassação não se aplicam às consignações para a execução dos serviços de radiodifusão diretamente pela União ou pela Empresa Brasil de Comunicação.

§ 5º A não aplicação de sanção em desfavor da União ou da Empresa Brasil de Comunicação não as exime do cumprimento das obrigações pertinentes previstas na legislação dos serviços de radiodifusão.” (NR)

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente à data de sua publicação.

Sala da Comissão, 07 de maio abril de 2025.

Deputado **ROGÉRIO CORREIA**

Presidente

